



Perfil da Eficiência Energética: Portugal

May 2011

Tendências da Eficiência Energética

Resumo

Durante o período 1990 - 2009, a eficiência energética diminuiu cerca de 4% em Portugal, como mostrado pelo aumento do índice de eficiência energética (ODEX). A principal razão decorre do peso relevante do sector industrial caracterizado pela baixa eficiência energética. As principais melhorias foram registadas no sector doméstico e em alguns ramos do sector dos transportes.

Indústria

Para o mesmo período, a eficiência energética global da indústria diminuiu quase 7%, quando medido em termos de energia utilizada por índice de produção industrial. Embora nos últimos quatro anos pareça indicar uma tendência de melhoria da eficiência energética nas indústrias químicas e dos minerais não-metálicos, a eficiência energética do sector diminuiu. Isso significa que são "outros sectores da indústria" os que mais contribuíram para a diminuição da eficiência energética. A indústria precisa de novas medidas e ao mesmo tempo, reforçar as medidas existentes para melhorar a eficiência energética.

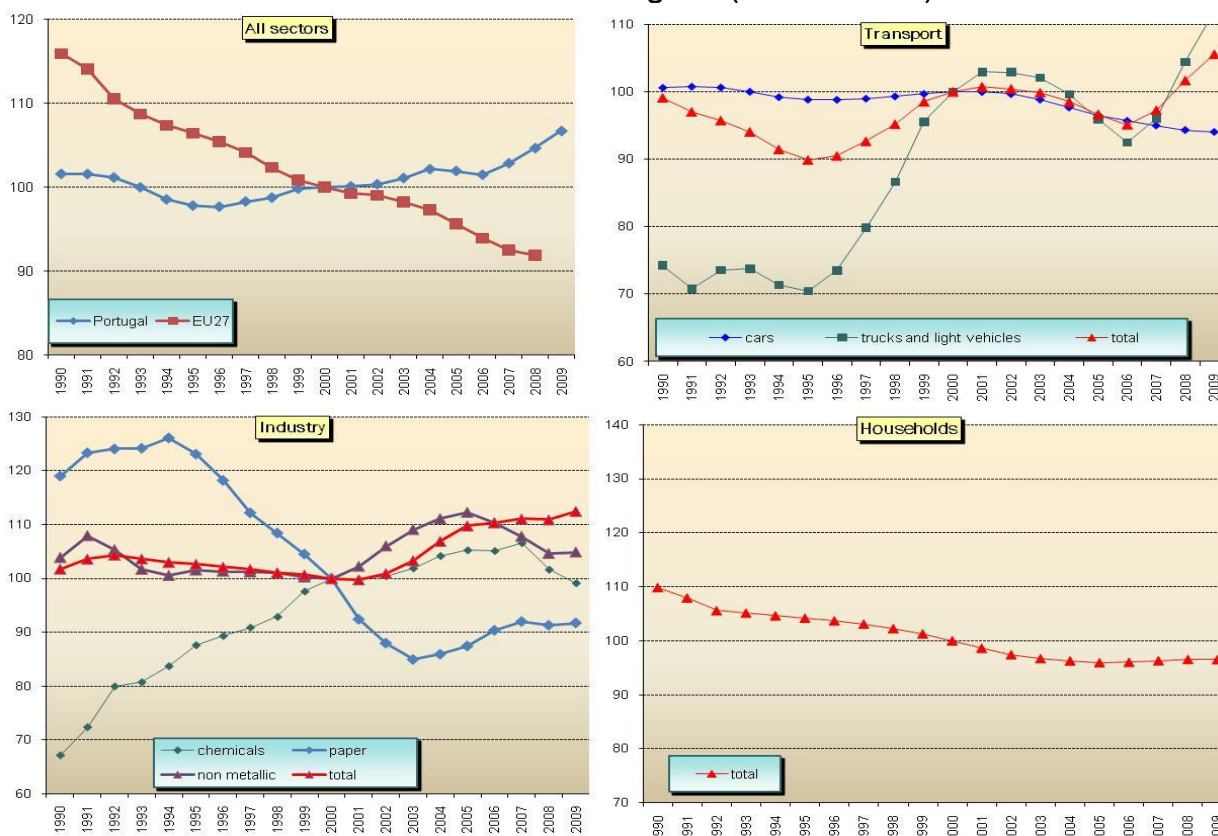
Residencial

A melhoria da eficiência energética (1%) entre 1990 e 2009 é principalmente devida à introdução do gás natural, da utilização de GPL para aquecimento de água e climatização, e também da melhoria na construção de edifícios, nomeadamente ao nível do isolamento térmico, uso de vidros duplos e aproveitamento da luz natural. A melhoria da eficiência energética estabilizou entre 2006 e 2009 e abrandou o progresso de 3% evidenciado entre 1990 e 2006. O benefício da aquisição de mais equipamentos eficientes, como equipamentos eléctricos, foi neutralizada pelo crescimento no consumo de energia para maior conforto da temperatura ambiente.

Transportes

Entre 1990 e 2009, a eficiência global do sector dos transportes mostra uma diminuição de cerca de 7%. Embora os carros ligeiros de passageiros mostrem uma melhoria significativa de eficiência desde 1990, os veículos pesados e ligeiros de mercadorias mostram uma queda abrupta na eficiência nos últimos anos, o que pode ser em parte devido à crise económica.

Índice de Eficiência Energética (base 100=2000)



Medidas de Eficiência Energética

Instituições e programas

Uma nova versão actualizada do Programa Nacional para as Alterações Climáticas, de 31 de Julho de 2004, foi aprovada pelo Conselho de Ministros em 1 de Junho de 2006 e esteve em discussão pública, antes de publicação em Decreto-Lei. Os objectivos eram reforçar a monitorização das emissões de GEE em vários sectores económicos e o cumprimento dos compromissos de Portugal no âmbito do protocolo de Quioto. Nesta versão são propostas novas e ambiciosas políticas e medidas, especialmente dirigidas aos sectores não abrangidos pelo Comércio Europeu de Emissões.

Em 2008, foi aprovado no Conselho de Ministros de 20 de Maio, o Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE). Este documento inclui uma ampla gama de programas e medidas que abrangem todos os sectores, e é considerada essencial para Portugal para atingir e superar as metas estabelecidas ao abrigo da Directiva n.º 2006/32/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de Abril, relativas à utilização final de energia, eficiência energética e aos serviços energéticos.

Indústria

Desde a década de 90, o principal instrumento de melhoria da eficiência energética na indústria é o Regulamento da Gestão do Consumo de Energia (RGCE). Este regulamento estabelece metas para as empresas consumidoras intensivas de energia reduzirem progressivamente o respectivo consumo específico de energia. O RGCE requer que os consumos de energia das empresas sejam auditados em cada 5 anos e que estas atinjam as suas metas de economias de energia. Os principais sectores abrangidos são o papel e a pasta de papel, têxteis, produtos químicos, madeira e cortiça e alimentação e bebidas. De Agosto de 2003 até o final de 2004, perto de 100 relatórios de auditorias, correspondentes a economias de energia equivalentes a 18 ktep por ano (6% do consumo de energia das instalações industriais), foram submetidos à DGGE – Direcção Geral de Geologia e Energia [DGGE (2005), National Reporting Guidelines para temáticas de CDS-14/15 Áreas Temáticas - ENERGY].

Mais tarde, em 2008, este regulamento foi reformulado pelo Decreto-Lei n.º 71 de 15 de Abril sendo lançado o novo Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE). Este sistema tem como objectivo promover a eficiência energética e realizar auditorias às empresas com consumos intensivos de energia incluindo agora as instalações com consumos de energia superiores a 500 tep/ano. O regulamento anterior era apenas aplicado a instalações com consumo de energia superior 1,000 tep/ano.

Residencial e Serviços

Em Abril de 2006, após uma expectativa de quase dois anos, foram publicados 3 novos Decretos-Lei que estabelecem o quadro legal para o sistema nacional de certificação energética de edifícios. A revisão dos dois anteriores regulamentos, o RCCTE - Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios e o RSECE - Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios, foi finalmente publicada nos termos dos Decretos-Lei n.º 80/2006 e n.º 79/2006, respectivamente. O processo de Certificação Energética de Edifícios entrou em vigor por efeito do Decreto-Lei n.º 78/2006, de 4 de Abril. A nova legislação estabelece maiores requisitos térmicos do que as normas existentes e introduz rigorosos requisitos à qualidade do ar interior, bem como a obrigatoriedade de manutenção e inspecções periódicas durante o tempo de vida útil dos sistemas de AVAC.

As novas medidas para estes sectores incluídos no Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE), tais como o incentivo para a substituição de aparelhos mais antigos por novos e mais eficientes, estão actualmente em vigor e vão resultar, a curto prazo, num aumento da eficiência energética.

Transportes

No âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 161/2005, de 12 de Outubro, foi alterado o actual imposto que incide na compra de veículos automóveis. A partir de 1 de Julho de 2006, a fórmula de cálculo do imposto inclui uma componente ambiental, para além da componente respeitante à cilindrada do veículo (CC). A integração da parte ambiental na fórmula de cálculo do imposto será feita progressivamente, reduzindo o peso da componente da cilindrada, favorecendo os automóveis menos poluentes. Esta componente ambiental será diferenciada em conformidade com o tipo de combustível utilizado, tomando em consideração os danos ambientais para a saúde pública provocados pelo consumo dos respectivos combustíveis.

Em 2009, foi aprovado no Conselho de Ministros de 20 de Fevereiro, o Programa de Mobilidade Eléctrica (MOBIE.E), que visa difundir o uso de carros eléctricos em Portugal. O programa inclui incentivos à aquisição de veículos eléctricos e promove o desenvolvimento de uma bateria integrada de rede de recarga.

Impostos e preços de energia

Em Junho de 2002 o Governo aumentou a taxa normal do IVA, de 17% para 19%, e em Julho de 2005 de 19% para 21%. Esta taxa do IVA aplica-se ao GPL, gasolina e ao gasóleo. A electricidade e o gás natural são sujeitos à taxa reduzida de IVA de 5% e o gasóleo para aquecimento e para o sector agrícola à taxa intermédia de IVA de 12%.

Medidas de Eficiência Energética Seleccionadas

Sectores	Título das medidas	Since
Residencial/terciário	Revisão do Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE)	2006
Residencial/terciário	Revisão do Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios (RSECE)	2006
Residencial/terciário	Certificação Energética de Edifícios	2006
Indústria	Regulamento de Gestão dos Consumos de Energia (RGCE)	1982
Indústria	Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE)	2008
Todos os sectores	Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)	2004
Todos os sectores	Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE)	2008
Todos os sectores	Tarifário bonificado para as renováveis	1988
Todos os sectores	Programa Prime - MAPE	2000
Transportes	Redução do encargo fiscal para biocombustíveis	2006
Transportes	Incentivos fiscais para o abate de veículos automóveis em fim de vida	2000
Transportes	Programa de Mobilidade Eléctrica (MOBIE.E),	2009